

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Em 2019 a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 1,3 bilhão e prêmios ganhos em 2019 de R\$ 1,2 bilhão, com crescimento em prêmios ganhos de 6% com relação ao exercício anterior, a lucratividade seguiu a tendência de crescimento e racionalização dos custos e foi 32% maior que no ano anterior, atingindo R\$ 105 milhões de

lucro líquido do exercício, os ativos totais foram de R\$ 1,9 bilhão. Assim a Seguradora atingiu a lucratividade esperada para o exercício o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e itens remanescentes em reservas distribuídas de exercícios anteriores, esta política será ratificada ou retificada, na hipótese de retenção de lucros para futuros investimentos, por meio de Assembleia Geral de Acionistas e atendendo a legislação societária vigente.

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
ATIVO		899.568	1.085.277
Circulante		1.470	1.168
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.470	1.168
Caixa e bancos		1.470	1.168
Aplicações Financeiras	5	327.121	314.689
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		150.662	131.388
Prêmios a receber	6	139.710	108.037
Operações com seguradoras		6.469	12.100
Outros créditos operacionais		4.483	11.251
Ativos de Resseguro e Retrocessão		34	72
Títulos e Créditos a Receber		30.600	24.570
Títulos e créditos a receber		5.318	2.699
Créditos tributários e previdenciários	7	11.214	10.981
Outros créditos		14.068	10.890
Despesas Antecipadas	8	-	339
Administrativas		-	339
Custos de Aquisição Diferidos	9	389.681	413.051
Seguros		389.681	413.051
Ativo não Circulante		1.001.211	802.114
Realizável a Longo Prazo		916.111	665.006
Aplicações Financeiras	5	594.510	451.118
Títulos e Créditos a Receber	7	44.828	43.766
Créditos tributários e previdenciários		44.828	43.766
Custos de Aquisição Diferidos	9	276.773	213.889
Seguros		276.773	213.889
Investimentos	10	-	192
Participações societárias		-	192
Imobilizado	11	7.951	8.486
Bens móveis		7.951	8.486
Intangível	12	77.149	84.664
Outros intangíveis		77.149	84.664
Total do Ativo		1.900.779	1.887.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2019	2018
PASSIVO		895.034	1.026.956
Circulante		59.989	57.834
Contas a Pagar		43.251	41.382
Obrigações a pagar	13	43.251	41.382
Impostos e encargos sociais a recolher		4.935	253
Encargos trabalhistas		2.006	2.873
Impostos e contribuições		9.797	13.326
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	14	141.069	113.729
Prêmios a restituir		5.433	3.494
Operações com seguradoras		11.244	5.691
Operações com resseguradoras		76	267
Corretivos de seguros e resseguros		49.687	4.645
Outros débitos operacionais		74.629	61.632
Depósitos de Terceiros	15	6.724	11.930
Depósitos de terceiros		6.724	11.930
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	16	687.252	843.362
Provisão de prêmios não ganhos		627.713	646.889
Provisão de sinistros a liquidar		26.144	52.322
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		27.443	138.309
Provisão de despesas relacionadas		5.952	5.327
Outras provisões		-	516
Passivo não Circulante		514.406	399.756
Realizável a Longo Prazo		11.461	391.756
Contas a Pagar		11.461	6.901
Tributos diferidos		11.461	6.901
Provisões Técnicas - Seguros Pessoas	16	486.645	376.075
Provisão de prêmios não ganhos		486.645	376.075
Outros Débitos	22	16.120	16.780
Provisões judiciais		16.120	16.780
Patrimônio Líquido	17	491.339	460.779
Capital social - estrangeiro		359.451	359.451
Reserva de lucros		114.462	90.978
Ajuste com títulos e valores mobiliários		17.426	10.350
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.900.779	1.887.391

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Ajuste com títulos e valores mobiliários	359.451	-	-	9.062	-	441.144
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.288	79.891	79.891
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 30/03/18	-	-	(42.570)	-	-	(42.570)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	56.922	-	(56.922)	-
Reserva legal	-	3.995	-	-	(3.995)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-	-	(18.974)	(18.974)
Em 31 de dezembro de 2018	359.451	33.467	57.511	10.350	460.779	802.114
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	7.076	-	7.076
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105.285	105.285
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 29/03/19	-	-	(56.796)	-	-	(56.796)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	75.016	-	(75.016)	-
Reserva legal	-	5.264	-	-	(5.264)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,08 por ação)	-	-	-	-	(25.005)	(25.005)
Em 31 de dezembro de 2019	359.451	38.731	75.731	17.426	491.339	802.114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a BNP Paribas Cardif e a Cardif Assurances Risques Divers, ambas com sede na França. A Companhia controladora direta da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é a BNP Paribas Cardif e o Controlador em última instância é o BNP-Paribas. A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. tem como objetivo social a exploração de seguros de pessoas em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais coletivos, auxílio funeral (coletivo e individual), desemprego/perda de renda (coletivo e individual), eventos aleatórios (coletivo e individual), prestamista (coletivo e individual) e vida em grupo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2020.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nas Notas Explicativas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em períodos contábeis, exceto no período do contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados ao valor justo com efeitos no patrimônio líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariarem as disposições do órgão regulador, evidenciando as informações necessárias para a compreensão das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (BNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.1.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) passivos para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os custos de aquisição são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores líquidos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados ao valor justo. **2.5 Ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado:** Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a perda é mensurada pelo valor justo. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos (LFTs, LTNs, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LFE e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Conseqüentemente, para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos e os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) estão classificados como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que referem-se a despesas relativas à realização dos custos envolvidos. **2.7 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É representante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos pendentes nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo é intangível e contabilizado em razão das características de cada contrato, e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos esperados. • Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que houver evidência de que os custos de aquisição diferidos (CAD) são custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A CAD é considerada no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **2.10 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos significativos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar indenizações adicionais significativas aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao adquirente. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou certificados, e ajustados por meio das despesas, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza, com frequência, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos assumidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos. **2.11 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro: 2.11.1 Passivos de contratos de seguro: a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e quaisquer efeitos futuros afetados. As premissas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco

A seguradora para um mundo em mudança

As expectativas para o ano de 2020 são positivas, com o atingimento das vendas e da rentabilidade esperadas, proporcionadas pelo fortalecimento de nossas parcerias de distribuição de seguros. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., São Paulo, 26 de fevereiro de 2020. A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
Operações de seguros			
Prêmios emitidos líquidos	19 a	1.324.050	1.257.892
Variação das provisões técnicas	19 a	(91.395)	(94.492)
Prêmios Ganhos	19 b	1.232.655	1.163.400
Sinistros ocorridos	19 a	(108.066)	(131.426)
Custo de aquisição	19 a	(769.191)	(703.985)
Outras receitas e despesas operacionais	19 c	(46.052)	(42.411)
Resultado com resseguro		(194)	(277)
Despesas administrativas	19 d	(142.243)	(137.229)
Despesas com tributos	19 e	(59.835)	(52.737)
Resultado financeiro	19 f	73.989	59.550
Resultado patrimonial			
Resultado Operacional		181.065	158.592
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19 g	(2.129)	(887)
Resultado antes dos Impostos		178.934	157.705
Imposto de renda	20	(43.733)	(36.914)
Contribuição social	20	(26.473)	(35.904)
Participações sobre o resultado		(3.443)	(4.996)
Lucro Líquido do Exercício		105.285	79.891
Quantidade de ações		315.707.662	315.707.662
Lucro líquido por ação (Reais)		0,33	0,25

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	105.285	79.891
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.076	1.288
Ajuste com títulos e valores mobiliários	11.793	774
Efeito tributário	(4.717)	514
Total do Resultado Abrangente	112.361	81.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	105.285	79.891
Ajustes para		
Depreciações e amortizações	15.299	11.464
Ajuste ao valor de realização na venda de investimento	(6.075)	-
Redução ao valor recuperável de recebíveis	(1.100)	276
Equivalência patrimonial	-	(3.135)
Variação nas Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	51.252	(126.321)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(18.174)	(8.110)
Ativos de resseguro	38	(72)
Créditos tributários e previdenciários	(1.295)	64.066
Despesas antecipadas	339	(2.428)
Outros ativos	(5.797)	(4.624)
Custos de aquisição diferidos	(39.515)	(59.953)
Fornecedores e outras contas a pagar	5.093	5.253
Impostos e contribuições	31.343	9.547
Débitos de operações com seguros e resseguros	17.440	31.121
Depósitos de terceiros	(5.206)	11.496
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(45.541)	91.613
Provisões judiciais	(660)	2.304
Impostos pagos sobre o lucro	(75.572)	(73.594)
Caixa líquido gerado na atividades operacionais	77.054	31.034
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Venda de investimentos	6.267	34.360
Aquisição de ativo imobilizado	(1.486)	(13.975)
Aquisição de ativo intangível	(6.298)	(1.385)
Alienação de ativo imobilizado/intangível	520	6.712
Alienação de ativo intangível	-	-
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades de Investimentos	(982)	25.712
Dividendos pagos	(75.770)	(56.827)
Caixa Líquido		

CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ 03.546.261/0001-08

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019

b) Índice de sinistralidade e comercialização:

Ramo	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prestamista	1.010.383	950.947	10%	10%	64%	64%
Acidentes pessoais coletivo	19.345	14.619	0%	3%	58%	54%
Vida	122.068	92.202	0%	0%	50%	51%
Auxílio funeral	64.533	49.334	2%	2%	62%	62%
Eventos aleatórios	13.234	19.398	2%	1%	65%	62%
DPVAT	-	32.980	0%	81%	0%	1%
Outros	3.092	3.920	202%	95%	49%	48%
Total	1.232.655	1.163.400	9%	11%	62%	61%

c) Outras receitas e (despesas) operacionais de seguros:

	2019	2018
Despesa com inspeção de risco	(509)	(334)
Despesa com administração de apólice	(8.057)	(5.992)
Lucros atribuídos a parceiros	(29.486)	(27.346)
Provisões cíveis - danos morais	(1.756)	(2.859)
Clawback em contratos com parceiros	561	-
Outras receitas com operações de seguros	11.659	1.267
Despesa com cobrança	(3.458)	(5.916)
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável de recebíveis	(1.100)	276
Outras despesas com operações de seguros	(13.554)	(5.589)
Despesas diversas - DPVAT	(352)	(662)
Outras receitas - DPVAT	-	4.744
Total	(46.052)	(42.411)

d) Despesas administrativas:

	2019	2018
Pessoal próprio	(43.412)	(39.287)
Serviços de terceiros	(28.712)	(28.310)
Localização e funcionamento	(53.532)	(47.850)
Publicidade e propaganda	(7.238)	(8.246)
Publicações	(139)	(128)
Doativos e contribuições	(153)	(165)
Despesas com títulos de capitalização	(9.939)	(7.363)
Reversão/(constituição) outras despesas	882	(2.011)
Despesas administrativas - DPVAT	-	(3.869)
Total	(142.243)	(137.229)

e) Despesas com tributos:

	2019	2018
Impostos federais	(73)	(105)
Impostos municipais	(749)	(857)
PIS	(7.598)	(7.012)
COFINS	(46.755)	(43.151)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.334)	(1.040)
Outros tributos e contribuições	(3.326)	(108)
Total	(59.835)	(52.273)

f) Resultado financeiro:

	2019	2018
Receitas financeiras	79.498	73.694
Quotas de fundos de investimentos abertos	12.243	18.620
Certificados de depósitos bancários	1.554	1.612
Títulos de renda fixa privados	3.294	6.128
Títulos de renda fixa públicos	55.709	46.150
Outras receitas financeiras	6.698	884
Despesas financeiras	(5.509)	(14.144)
Juros e atualização monetária sobre sinistros	(5.259)	(13.857)
Outras despesas financeiras	(250)	(287)
Total	73.989	59.550

g) Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2019	2018
Resultado de operações não correntes	(2.129)	(887)
Perdas com ativos não correntes	(2.129)	(887)
Total	(2.129)	(887)

20 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas em 31 de dezembro:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	175.491	152.709	175.491	152.709
Adições				
Ajustes permanentes	8.536	6.451	7.852	6.163
Ajustes temporários	16.058	39.375	16.058	39.375
Exclusões				
Ajustes permanentes	(6.858)	(9.113)	(6.858)	(9.113)
Ajustes temporários	(12.945)	(4.857)	(12.945)	(4.857)
Base de Cálculo	180.282	184.565	179.598	184.277
Alíquotas (15% IR/CS)	(27.042)	(27.685)	(26.940)	(36.855) (i)
Dedução PAT (4%)	464	455	-	-
Dedução licença maternidade	47	111	-	-
Dedução licença paternidade	24	7	-	-
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(18.004)	(18.433)	-	-
Imposto corrente do exercício	(44.511)	(45.545)	(26.940)	(36.855)
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias (líquidas)	778	8.631	467	951 (ii)
Despesa de IR e CS no resultado	(43.733)	(36.914)	(26.473)	(35.904)

(i) Em 2018 a Contribuição Social foi constituída a alíquota de 20%, em cumprimento com a Lei nº 13.169/15 e instrução normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.591/15. (ii) Em 2018 os ativos diferidos relacionados à Contribuição Social tiveram a alíquota ajustada de 20% para 15% tanto para a base do exercício como para o saldo relacionado aos períodos anteriores, considerando-se o final da vigência da alíquota de 20% em 31 de dezembro de 2018 conforme a Lei nº 13.169/15 - Artigo 1º, a adequação em questão impactou o resultado corrente.

21 PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Luizaseg Seguros S.A. (ii)	431	21
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)	45	43
Cardif Ltda. (iii)	113	116
Total	589	180
Passivo		
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França	910	827
Cardif Ltda. (i)	3.507	3.775
BNP Paribas Cardif - Chile	707	1.339
Total	5.124	5.941
Receita	2019	2018
Luizaseg Seguros S.A. (ii)	7.299	6.968
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)	607	562
Total	7.906	7.530
Despesa		
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França	(2.248)	(2.278)
Cardif Ltda. (iii)	(13.336)	(12.750)
BNP Paribas Cardif - Chile	(2.834)	(3.222)
Total	(18.418)	(18.250)

(i) Foi assinado contrato com a Cardif Ltda., no qual a Seguradora se compromete a compartilhar a infraestrutura operacional e administrativa, ressarcimento de custos, de desenvolvimento de software operacional; (ii) As transações com partes relacionadas compreendem prestação de serviços, ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; e (iii) As transações de partes relacionadas à Cardif Ltda. referem-se às despesas com sistema operacional de seguros (desenvolvimento, manutenção e *hub*). **b) Remuneração das pessoas chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2019, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo no montante de R\$ 7.626 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.295 em 31 de dezembro de 2018). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

22 PROVISÕES JUDICIAIS

Sinistros a liquidar: Em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora responde por 2.431 (2.480 em 31 de dezembro de 2018) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 14.124 (R\$ 15.843 em 31 de dezembro de 2018), classificada na rubrica "provisão de sinistro a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. Em 2018 a Seguradora optou pela saída do convênio DPVAT, deixando-o em definitivo a partir de janeiro de 2019, assim em 31 de dezembro de 2019 o saldo das provisões referentes ao convênio, incluindo as judiciais, foram zeradas (31 de dezembro de 2018 o saldo foi de R\$ 10.877 o que correspondiam

à quantidade de 4.854 ações, classificados em sua totalidade como "provável"). O montante de sinistros avaliados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.033 (R\$ 5.595 em 31 de dezembro de 2018). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2019 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 942 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 966 em 31 de dezembro de 2018). **a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	15.814	13.757	966	719	15.843	12.923
(+) Constituições no exercício	5.347	3.546	50	116	4.358	2.921
(-) Pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	(2.201)	(2.702)	(264)	(89)	(8.141)	(4.385)
(-) Baixa da provisão por êxito	(5.244)	(2.752)	(85)	(148)	(4.147)	(2.405)
(+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	(2.232)	2.219	(40)	273	4.440	4.809
(+/-) Atualização monetária e juros	3.694	1.746	315	95	1.771	1.980
Saldo final do exercício (a)	15.178	15.814	942	966	14.124	15.843
Saldo do DPVAT (b)	-	-	-	-	-	10.877
Total (a + b)	15.178	15.814	942	966	14.124	26.720

b) Probabilidade de perdas das provisões judiciais:

Em 31 de dezembro de 2019

	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	1.564	62.543	9.896	1.371	58.811	11.082
Possível	1.057	27.080	6.195	1.058	25.895	3.033
Remota	9	204	29	2	1	9
Total	2.630	89.827	16.120	2.431	84.707	14.124

Em 31 de dezembro de 2018

	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	1.354	49.252	9.569	5.990	116.679	21.048
Possível	1.378	33.463	7.068	1.330	31.696	5.595
Remota	6	1.361	143	14	795	77
Total	2.738	84.076	16.780	7.334	149.170	26.720

23 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros - A Seguradora mantém apólices de seguros multiriscos, responsabilidade civil geral em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. **b) Participação nos lucros -** A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "obrigações a pagar", no valor de R\$ 6.557 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.036 em 31 de dezembro de 2018). **c) Derivativos e outros -** Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **d) Comitê de Auditoria -** Em cumprimento à Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores essas demonstrações financeiras foram apresentadas ao Comitê de Auditoria em reunião em 20 de fevereiro de 2020. Tendo sido aprovadas sem ressalvas.

DIRETORIA

Alessandro Deodato
Diretor Presidente

Emmanuel Pelega
Diretor Técnico Financeiro

ATUÁRIO

Nivandro Lucas S. A. Oliveira
MIBA 2229

CONTADOR

Marcelo Lopes Prates
CRC 1SP 241793/O-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de auditoria da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2019, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da administração da companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas

deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de dezembro de 2019, considerando-as adequadas

quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

Membros:
José Carlos Ferreira
Olivier Piquepé
María Ferrero Valderrey

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que

a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSE